

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
PARLAMENTARES, E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 67/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

6 DE NOVEMBRO DE 2023



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 3 de novembro de 2023, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 27 de outubro de 2023, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 6 de novembro de 2023.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2024.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – COESÃO, TRANSIÇÃO DIGITAL E REPRESENTAÇÃO	27.701.812	27.701.812	
1.1 – Apoio aos Media	1.830.000	1.830.000	
1.1.1 Programa de apoio à Comunicação Social	1.500.000	1.500.000	
1.1.2 Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	130.000	130.000	
1.1.3 Financiamento de obrigações se serviço público de notícias e de televisão	200.000	200.000	



1.2 – Jornal Oficial	80.000	80.000	
1.2.1 Acesso a base de dados jurídicos	80.000	80.000	
6 – ECONOMIA RURAL	116.111.961	65.136.900	50.975.061
6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	44.970.041	13.428.317	31.541.724
6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12.125.500	1.818.825	10.306.675
6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-estar animal	628.380	628.380	
6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes	240.000	240.000	
6.2.16 Life IP Climaz	424.820	424.820	
6.2.30 Gestão de recursos cinegéticos e piscícolas	134.295	90.015	44.280
6.2.32 Melhoramento genético – Aquisição de equipamentos	200.000	200.000	
6.2.33 Programa de identificação e esterilização de animais de companhia:	115.000	115.000	



Centros de Recolha / Câmaras Municipais			
7 – ECONOMIA DO MAR	43.174.559	43.174.559	
7.6 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.906.005	2.906.005	
8 – AÇÃO CLIMÁTICA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	21.000.000	21.000.000	
8.1 – Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	6.993.846	6.993.846	
8.2 – Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	3.357.978	3.357.978	
8.3 – Conservação da Natureza e Biodiversidade	3.390.175	3.390.175	
8.4 – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	4.209.958	4.209.958	
8.5 – Ordenamento e Gestão do Território	2.253.491	2.253.491	
8.7 – Gestão e requalificação da orla costeira	794.552	794.552	
9 – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS	344.846.232	263.494.000	81.352.232



9.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	32.101.004	32.101.004	
9.2 – Serviços Energéticos	1.800.000	1.800.000	
9.3 – Mobilidade Elétrica	1.250.000	1.250.000	
9.4 – Política Energética	750.000	750.000	

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 9), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 9.18.5 - SRAAC – Intempérie Lorenzo – Recuperação de infraestruturas de proteção marítima;
- b) Projeto 9.18.6 – SRAAC – Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim;
- c) Projeto 9.32 – SRAAC – Gestão e requalificação da orla costeira
- d) Projeto 9.35 - SRAAC – Planeamento, inspeção, e promoção ambiental
- e) Projeto 9.36 - SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade
- f) Projeto 9.37- SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica
- g) Projeto 9.38- SRAAC – Centros de processamento de resíduos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DISPONÍVEL EM [Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 \(alra.pt\)](#).

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas iniciou a sua intervenção referindo que o plano de investimentos para 2024 irá continuar a refletir as opções no Programa do XII Governo Regional dos Açores, centrando-se em eixos como o combate às alterações climáticas, a preservação do património natural, a promoção da qualidade ambiental, com especial destaque na gestão eficiente de resíduos, mas também na gestão dos recursos hídricos e no adequado ordenamento do território. Referiu ainda que a proposta de investimento para 2024 apresenta a maior dotação desta legislatura, com um valor de 21 milhões de euros, mais 2,2 milhões de euros do que no plano transato, correspondendo a um acréscimo de 12%.



Acrescentou que, ao valor de investimento soma-se ainda uma verba 8,2 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, referente a obras públicas da tutela da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Ao nível do combate às alterações climáticas, existem investimentos que se encontram distribuídos por vários departamentos do Governo Regional dos Açores, com vista à implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, que será revisto em 2024 tal como previsto, no qual se realça o investimento do LIFE IP Climaz, que é essencial para a implementação e operacionalização do Programa Regional para as Alterações Climáticas, com uma verba prevista de 2,8 milhões de euros, repartidos em 1,4 milhões de euros no plano de investimento da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e 1,4 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Mar e Pescas e pela Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o que representa um aumento de cerca de 8% em relação a 2023.

Referiu ainda encontrarem-se previstas várias medidas para reforço do combate às alterações climáticas distribuídas por todas as áreas de atuação da presente secretaria regional, destacando o investimento inédito, ou seja, a aposta na capacitação e manutenção da rede hidrográfica, com investimento de 2 milhões de euros a executar em 2024, dotando os serviços operacionais da secretaria regional, dos meios e equipamentos operacionais necessários para assegurar a ação preventiva na limpeza, manutenção e requalificação da extensa rede hidrográfica dos Açores, superior a 7.200 km e com mais de setecentas bacias hidrográficas.

O Senhor Secretário Regional anunciou ainda um novo projeto, em colaboração com o IPMA, a instalação de um novo Observatório Climático do Atlântico, na ilha Terceira, com objetivo de recolher dados atmosféricos e de massa de água, fundamentais para o estudo das alterações climáticas nesta Região, e com especial foco na análise da emissão de gases com efeito estufa à escala global.

Realçou ainda a verba destinada para o reforço financeiro para o Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática, representando um valor de 430.000 euros para 2024, sendo um aumento de 8% em relação ao que se encontrava destinado no ano 2023.



Destacou o investimento de 6,2 milhões de euros, destinado a obras de estabilização e proteção da orla costeira, a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Relativamente à promoção da qualidade ambiental e da gestão de resíduos, destacou o investimento no Eco freguesias, no valor de um milhão de euros, que dará um contributo, em colaboração com as juntas de freguesia, na limpeza de espaços públicos, nomeadamente nas linhas de água e orla costeira. Este reforço representa um aumento de 82% em relação a 2023.

O Senhor Secretário referiu ainda que, com a conclusão da reestruturação dos Centros de Processamentos de Resíduos, até final do presente ano, para a adaptação à recolha seletiva de bio-resíduos, haverá investimento, em 2024, na modernização dos processos de reciclagem dos centros de processamentos, com a aquisição de equipamentos – linhas de triagem, tapetes de abastecimentos de crivos, tapetes de abertura de sacos, crivos rotativos – com uma dotação superior a um milhão de euros. Acrescentou que numa primeira fase, será a adaptação dos centros de processamentos de resíduos da ilha Graciosa e da ilha de São Jorge.

Informou ainda que será dada continuação ao projeto para implementação do Sistema de Depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas, projeto este que, em um ano e meio, permitiu recolher mais de dez milhões de embalagens nas vinte e cinco máquinas existentes nos Açores, acrescentando que terá uma dotação de 670.000 euros para o ano de 2024.

Destacou o investimento na rede de monitorização e na plataforma de informação da qualidade do ar, com uma verba de 312.000 euros, e da continuidade da implementação do Plano Regional para o Radão e para a monitorização ambiental para a radioatividade com uma verba inscrita de 100.000 euros.

O Secretário Regional destacou ainda, relativamente à Conservação da Natureza e Preservação da Biodiversidade, os investimentos previstos para a implementação para os quatro projetos LIFE que se encontram em curso, com uma dotação de 3,5 milhões de euros, que corresponde a um aumento de 26% relativamente ao presente ano de 2023.

Destacou ainda o incentivo à manutenção das paisagens tradicionais da cultura da vinha e dos pomares tradicionais, com um valor de 2 milhões de euros.

Informou estarem previstos investimentos, no valor superior a 1,3 milhões de euros na rede regional de ecotecas e de centros ambientais, que inclui a despesa de funcionamento dos vinte edifícios que integram a rede de centros ambientais da Região, destacando o investimento de 125 mil euros para um novo projeto que pretende melhorar e renovar as exposições dos centros ambientais, com recurso a novas tecnologias.



Informou estar previsto um investimento de 660 mil euros para a monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade, que reflete investimentos na rede de áreas protegidas dos Açores, realçando que em relação aos Parques Naturais de ilha e à sua gestão possui um investimento de 417 mil euros, e que permitirá reforçar as intervenções nos trilhos pedestres que se encontram sob a alçada da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Destacou a implementação do Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, com dotação de 91.000 euros, destinados a implementação de ações de caracterização deste património, melhoria dos acessos, da criação de infraestruturas de visitação e também para a elaboração de materiais de divulgação de informação. Informou ainda que o período de consulta pública do referido plano terminou a 30 de outubro, pelo que *“será publicado por portaria até o final deste ano”*.

Relativamente aos Recursos Hídricos e rede hidrológica, encontra-se previsto um investimento de 4,2 milhões de euros, que permitirá realizar um reforço da capacidade de monitorização, de manutenção e requalificação da rede hidrográfica dos Açores, bem como da rede de monitorização do ciclo hidrológico, bem como da implementação de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.

Relativamente à gestão e requalificação da orla costeira, o Senhor Secretário Regional informou que estão incluídas nesta rubrica as verbas para a gestão de zonas balneares, no valor de 416.000 euros, assim como para gestão e requalificação de zonas costeiras, que terá um aumento de 216% em relação a 2023. Implementará ainda o estudo para a proliferação da alga *Rugulopterix okamurae*, financiado pelo Fundo Ambiental com verba prevista para 2024 de 139 mil euros.

Destacou ainda a melhoria da qualidade balnear, através da implementação de medidas e ações específicas para a otimização de processos de monitorização da qualidade das águas balneares, com uma dotação de 97.000 euros.

Relativamente a investimentos em obras públicas, a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, o Senhor Secretário Regional realçou estarem previstos investimentos que totalizam um valor de 8,2 milhões de euros, que se destinam por exemplo às



recuperações de infraestruturas de proteção marítima, em resposta aos impactos do furacão Lorenzo, mas para também para outras obras de gestão e requalificação da orla costeira, com investimento de 5,5 milhões de euros e também ao nível da rede hidrográfica no valor de 700.000 euros.

Por fim, e ainda nos investimentos de obras públicas, e no âmbito do planeamento e promoção ambiental, destacou o investimento de 530.000 euros, para início de empreitada do Centro interpretativo do Algar do Carvão.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Sabrina Furtado, a Deputada Sandra Dias Faria e Deputado Pedro Pinto.

A Deputada Sabrina Furtado destacou a indicação de prioridades definidas em relação ao ano 2023, com uma dotação superior, tendo em conta as necessidades identificadas para implementação de ações mais urgentes, destacando a empreitada do Algar do Carvão sendo por isso efetuado pela Secretaria Regional o que é possível de executar e *“não prometer tudo a todos”*, realçando que espera que para 2025 *“poder chatear ainda mais sobre Vila Franca do Campo”*.

Relativamente ao programa Eco freguesias, e destacando o valor de dotação de 1 milhão de euros, questionou sobre a evolução deste programa, a adesão ao mesmo, assim como a execução das suas regras em relação às Juntas de Freguesia, uma vez que veem neste programa *“um bom instrumento de apoio e de auxílio à própria junta de freguesia, para que cumpra o seu desígnio em matéria de ambiente, limpeza e tudo o que isto comporta”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional realçou que o Centro Interpretativo do Ilhéu de Vila Franca do Campo merece toda a consideração, considerando que é uma limitação que existe na Região, relativamente ao ilhéu de Vila Franca do Campo, tendo intenção de dignificar esse património, sendo necessário, no entanto, uma priorização, uma vez que o projeto para o Centro interpretativo do Algar do Carvão vem já do anterior executivo, sendo posteriormente dada a devida atenção à pretensão do Centro Interpretativo do Ilhéu de Vila Franca do Campo.



Relativamente ao programa eco freguesias, destacou ser um programa de *“enorme sucesso”*, sendo um programa já anterior a este executivo, mas que foi reformulado nos critérios, sendo difícil encontrar consenso de todas as juntas de freguesia, mas que tem sido possível o interesse destas para a sua candidatura. Referiu que a média de inscrições ao programa é sempre superior a 130 freguesias, tendo-se inscrito em 2023, 135 das 155 freguesias da Região. Referiu que o reforço da dotação para 2024, *“vem do compromisso que tive a oportunidade de ir assumindo com as juntas de freguesia, porque entendo perfeitamente as necessidades e as carências de recursos muitas vezes, para fazer este trabalho que é fundamental. E a verdade é que em 2022 foi feito um reforço da dotação inicialmente prevista em um milhão de euros, que permitiu praticamente triplicar a verba que inicialmente tinha sido dotada, e isso permitiu aumentar significativamente os apoios que foram atribuídos às juntas de freguesia”*.

A Deputada Sandra Dias Faria, tendo em conta a proposta de plano apresentada para 2024, e o seu reforço de verbas, realçou a *“dúvida da capacidade de execução das verbas”*, tendo dado como exemplo na área dos recursos hídricos e rede hidrográfica, que em 2022 estava dotada de uma verba de 1 milhão e 800 mil euros, tendo sido executada apenas 39% do valor.

Reportando-se às taxas de execução em 2022 e 2023, considerou ficarem *“abaixo desse valor, dessa meta que para nós não corresponde efetivamente àquelas que são as necessidades que todos nós temos vivenciado nas várias ilhas”*.

Reportando-se ao aumento da dotação para a rubrica de recursos hídricos e rede hidrográfica, questionou *“como podemos nós esperar que os açorianos acreditem que haverá uma execução de 4 milhões nesta rubrica, quando temos execuções abaixo de 2 milhões que ficaram nos 39%, ou neste momento, em 2023, ficam-se apenas pelos 49%, e não será em três meses e no inverno que este valor irá alterar muito nesta rubrica em particular, pela natureza de trabalhos...”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional esclareceu que, à data, a taxa de execução da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climática *“ronda os 50%, valor já pago (...) sendo certo que os compromissos assumidos já passam os 81%”*, sendo esta a taxa de execução, ou superior, que espera atingir no final do ano.



Relativamente aos recursos hídricos, referiu ter sido umas das áreas com menor capacidade de execução, mas que de momento a taxa de execução é de 52%, mas que possui compromissos na ordem dos 93%, considerando que por isso, possui condições para executar a verba de 4 milhões de euros alocados para 2024. Realçou que grande parte da verba (2 milhões de euros) é para candidatura ao PO2030, que tem um foco na capacitação dos serviços operacionais da secretaria regional, para *“por um lado fazer uma ação preventiva de limpeza e de intervenção nas linhas de água, por outro lado para podermos reagir em casos de intempéries, que são cada vez mais frequentes e a verdade é que nos últimos anos (...) não foram feitos quaisquer investimentos nessa capacitação e na aquisição de equipamentos para podermos fazer essa limpeza das linhas de água, de forma adequada e com os meios necessários”*.

Destacou ainda que, a taxa de execução do ano 2022 esteve longe do que seria pretendido, uma taxa de cerca de 57%, informando ter compromissos superiores à taxa de execução, mas que em resultados dos constrangimentos verificados, nomeadamente transferências de verbas da República que não chegaram a entrar, que afetaram a execução.

Referiu ainda que nos valores a executar, encontram-se valores significativos, um deles de 800 mil euros de contratos de apoio à manutenção das culturas da vinha e dos pomares tradicionais, que se encontram em processo de pagamento, assim como os pagamentos relativos ao programa do Eco freguesia, tendo sido apenas pagos até ao momento 50 mil euros, sendo que o restante valor (cerca de meio milhão) será pago brevemente. Referiu ainda que se encontram comprometidos valores na área da manutenção e da requalificação da rede hidrográfica, assim como da rede regional de ecotecas e centros ambientais, da vigilância ambiental e dos projetos LIFE, que ao serem processados os pagamentos farão evoluir a percentagem da taxa de execução da Secretaria Regional muito próximo dos 80%, que são os valores comprometidos de momento.

No entanto, referiu que, mesmo com a indicação dos 80% de taxa de compromisso, *“a taxa de execução desta secretaria ficará sempre condicionada com os constrangimentos colocados a nível de dois projetos (...), com o ordenamento do território, onde os compromissos rondam apenas os 50% e não evoluirão de uma forma muito mais significativa, e que tem que ver com o projeto de elaboração de cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, e também com o projeto para implementação de sistemas de alerta de cheias em*



bacias de risco da Região”. Informou que, relativamente à cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, o procedimento concursal internacional para a aquisição dos serviços de execução da obtenção da cobertura aerofotogramétrica e levantamento lidar da região autónoma dos açores foi lançado em abril de 2023 e adjudicado em 29 de junho de 2023, tendo sido alvo de impugnação a 2 de agosto por um dos concorrentes, com efeitos suspensivos, estando a aguardar a decisão do tribunal, estando em causa a execução de 1,3 milhões de euros. Relativamente ao projeto de sistema de alerta de cheias em bacias de risco, referiu que o estudo *“para a definição de medidas, instrumentação, equipamentos, infraestruturas e respetiva localização foi adjudicado ao CIVISA a 10 de julho de 2022, contudo esta entidade não cumpriu com aquilo que estava definido nos objetivos do contrato, apesar de todas as insistências ao longo de um ano, e não foram entregues os dados necessários para prosseguir normalmente com este projeto, com a justificação que foi apresentada, também na crise sismovulcânica da ilha de São Jorge”*, resultando num atraso dos prazos que se encontravam definidos, e por isso com a não execução de cerca de um milhão de euros.

Uma vez que ambos os projetos estariam ao abrigo do REACT- EU, e não poderão ser cumpridos e sendo que este termina em final de 2023, os projetos serão reformulados para serem executados no âmbito do PO2030 Açores.

O Deputado Pedro Pinto realçou o foco do atual governo de coligação na importância das alterações climáticas e proteção ambiental, naquilo que é a nossa responsabilidade de diminuição da nossa pegada ambiental e por outro acautelar as consequências das alterações climáticas, e que se preveem que sejam mais acentuadas e por isso afetarão todos os habitantes das nossas ilhas, congratulando o reforço para 2,8 milhões de euros no LIFE IP Climaz, assim como o reforço em outras áreas de intervenção desta Secretaria que permitirão os vários investimentos que foram enunciados pelo Senhor Secretário Regional.

Referiu a importância do aumento do programa Eco freguesias, *“um exemplo de participação entre governo regional e autarquias locais, ao nível mais próximo das populações, que são as freguesias e onde podem executar pequenos projetos na área ambiental, contribuindo assim dessa forma para a proteção ambiental e mitigação às alterações climáticas”*, destacando este exemplo de boa governação e cooperação com as Freguesias.



Referindo-se à importância do Algar do Carvão e à necessidade de uma maior valorização, questionou o Senhor Secretário em que fase se encontra o referido projeto do Centro interpretativo, assim como quais serão as perspetivas para o ano 2024.

Em resposta, o Senhor Secretário referiu que para além do valor previsto para a capacitação da secretaria com meios adequados para a intervenção nas ribeiras e linhas de água, existe o investimento para as ações de monitorização, limpeza e manutenção da rede hidrográfica que *“ascende a 1,1 milhões de euros”*. Acrescentou ainda os esforços que se encontram a ser feitos para a contratação de operacionais para intervenção nas linhas de água, no âmbito do LIFE IP Climaz, assim como o reforço de corpo de Vigilantes da Natureza que está a ser efetuado com mais doze elementos.

Relativamente ao Algar do Carvão, referiu que o projeto irá dotar o centro de interpretação de instalações de visitação e de interpretação *“adequadas e dignas da singularidade deste monumento natural, criando ao mesmo tempo condições para disciplinar o acesso ao interior daquela estrutura”*. Informou que o anúncio da empreitada foi publicado em Jornal Oficial no passado dia 18 de agosto, no valor base de 2 milhões e 400 mil euros, mais IVA, com prazo máximo de construção de 18 meses após a assinatura do auto de consignação. Acrescentou que o prazo para apresentação de propostas terminou no dia 16 de outubro, com apresentação de duas propostas, sendo que de momento a Secretaria Regional se encontra na fase de elaboração do relatório das propostas, com previsão da elaboração da proposta de adjudicação para janeiro de 2024, que terminará no visto do Tribunal de Contas, que espera que seja até ao final do primeiro semestre, e com a expectativa que a obra esteja concluída até ao final de 2025.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção sobre as áreas do agroambiente e bem-estar animal, fazendo antes uma apreciação genérica sobre o orçamento regional dizendo que apresenta um aumento de 14% em relação a 2023 o que se traduz em mais 8 milhões de euros de investimentos previstos.

Em concreto o Secretário Regional mencionou 2 projetos do plano e orçamento que dizem respeito a estas áreas do ambiente e bem-estar animal, nomeadamente o projeto 6.1 - investigação, inovação, capacitação e competitividade que tem um aumento de 15% do capítulo



50 e 9% no total do investimento relativamente a 2023, e o projeto 6.2 no que concerne ao desenvolvimento sustentável biodiversidade e alterações climáticas com o investimento total de 8% relativamente a 2023 e 2% no capítulo de 50.

Afirmou que para a concretização destas duas matérias recorrerá a quatro instrumentos de aporte financeiro: o PEPAC, o PRR, o POSEI e os fundos próprios da Região.

Continuou dizendo que *“nesse sentido as políticas agroambientais e de clima nesta Secretaria são políticas transversais da qual os próprios produtores de alimentos são eles que têm muitas vezes iniciativa própria e promovem essas mesmas políticas porque sabem que os produtos finais associados àquilo que é o símbolo ambiental, o símbolo do bem-estar animal são produtos com aceitação crescente no âmbito dos consumidores e no âmbito do público em geral.”*

Afirmou que neste sentido pugnam por uma economia circular, por uma bioeconomia, por uma agricultura de baixa produção de carbono, e por neste sentido optam por ter políticas que diminuam a densidade animal, que diminuam a renovação do solo, por uma política de acompanhamento dos solos, políticas que estão nos planos estratégicos quer no âmbito ambiental quer no âmbito do bem-estar animal, afirmando que é indissociável o ambiente com o bem-estar animal e políticas de produção vegetal e animal muito de naturalidade.

Ainda afirmou que: *“apostamos muito naquilo que é a substituição do Prorural +, que é o plano estratégico para a política agrícola comum, até 2027, na florestação de terras agrícolas e em especial no chamado mercado de carbono, pelo incentivo à existência de cortinas de abrigo com todas as vantagens que isto tem em pastagens de média e alta altitude, vantagens no âmbito da produção de água, na proteção animal, para a proteção da erosão, para a melhoria da fertilidade do solo e portanto há aqui uma política muito direcionada para a florestação, em especial, destes terrenos de média e alta a altitude”.*

Quanto ao POSEI, o Secretário Regional informou que continua com majorações de 20%, 10%, 40%, quer seja no abate de bovinos quer seja no prémio à vaca leiteira, ao leite, às culturas arvenses, à horticultura, à fruticultura, para a agricultura biológica, ou seja para aquilo que são os prémios normais da agricultura convencional há um acréscimo majorativo para as agriculturas biológicas incentivando esta naturalidade.



Referiu que existe um programa de apoio à certificação dos custos de modo de produção biológico, bem como o apoio para a existências de pastagens biodiversas, naquilo que é a necessidade de uma conjugação entre leguminosas e gramíneas e com todas as vantagens e benefícios das leguminosas para a retenção de carbono e fertilidade dos solos.

Destacou o programa de naturalidade em desenvolvimento que, já desde 2021, tem uma abrangência superior a 1000 participantes, que não são só produtores, mas também consumidores, desenvolvendo uma política de incentivo e de apelo ao consumo desses produtos que se traduz em mais de 50 ações realizadas.

No âmbito do PRR, o Secretário destacou 3 ações muito objetivas relativamente à transição verde, transição digital e inovação, realçando a transição verde que está a ter uma prioridade nas candidaturas por parte dos próprios proponentes, uma ação no âmbito da comercialização cujo aviso já fechou no valor de 8,5 milhões de euros do qual foram rececionadas 36 candidaturas com apoio a 80%, e referiu ainda outros dois avisos no âmbito da transformação e da produção com apoio a 100% para estudos, que permitirá que os proponentes, antes de iniciarem um projeto, terem a capacidade de perceber, atendendo às muitas variáveis existentes, quais as melhores opções.

Destacou ainda um programa de literacia e formação, uma aposta forte de 2,4 milhões de euros, também no âmbito do PRR, um aumento de 140% relativamente ao orçamento do ano de 2023, quer seja na experimentação, na divulgação, na informação ao consumidor, na capacitação e que tem como objetivo atingir 2.000 explorações até finais de 2025.

De seguida e passando da globalidade à especificidade o Secretário Regional elencou as diferentes ações relacionadas com as áreas de análise da Comissão, reportando-se às diferentes ações do plano que se transcrevem: *“A ação 6.2.2 agroambiente e clima tem um montante de 12,125 milhões de euros para a extensificação pecuária, agricultura biológica, sebes vivas, raças autóctones, pomares tradicionais, uma série de circunstâncias de produção, umas que impelem à continuidade da tradicionalidade outras para a utilização de menos inputs ao nível quer dos fertilizantes, quer da presença animal, quer mesmo na renovação dos solos. Temos uma ação que é a inovação e digitalização da agricultura nos Açores que este ano para 2024 sobe mais 38%, um montante de 723.312 euros, um crescimento de 38% relativamente a 2023. Uma ação a 6.2.7 relativamente a um programa SustentAgro, que é a tal, um incentivo às pastagens*



biodiversas que já beneficiou mais de 800 ha nos Açores. Temos a ação 6.2.8 GeoBio Ocidental que sobe 706% relativamente 2023 naquilo que deve ser a conjugação destas 2 ilhas, conjugando aqui o facto de serem Biosfera para que possamos dali retirar uma qualidade muito relacionada com a produção e a transformação dirigida aos consumidores. A ação 6.2.9 muito relacionada com a economia circular, teremos que pensar que os produtos não são finitos, ou seja o produto final é o produto que volta a ser novamente um produto matéria-prima e nesse sentido vamos terminar uma candidatura a um LIFE IP, 28 milhões de euros, o qual será um investimento para os próximos anos para os Açores, naquilo que também são as oportunidades de negócio daquilo que são os resíduos da agricultura em vários âmbitos, quer seja no âmbito dos matadouros, quer seja no âmbito da transformação de madeiras quer seja no âmbito dos desperdícios alimentares provenientes da horticultura da fruticultura ou da floricultura. A ação 6.2.1, um apoio ao rendimento e resiliência da agricultura açoriana com mais de 2 milhões de euros, um aumento de 13% relativamente a 2023. A ação 6.2.21. a GeoBio Graciosa também relacionada com aquilo que é a vontade muito local de transformar determinadas produções, desde logo a produção de leite numa produção mais natural, mais verde. A ação 6.2.31, que caracteriza as variedades produtivas vegetais e este ano vamos apresentar uma candidatura para inscrição do nosso milho ao catálogo nacional de variedades, e, portanto, estamos a guardar e a preservar para o futuro um património genético que de algum modo está em extinção, neste caso património genético vegetal. A ação 2.3.4, experimentação de leguminosas na Graciosa uma ação muito própria, o mesmo acontece com a 6.2.35 e a 37 são específicas de ilhas, porque o programa da agricultura para além de dar respostas globais tenta dar respostas muito específicas e locais àquilo que são as necessidades de cada ilha aproveitando de facto essas mesmas potencialidades, muitas delas adormecidas e que vão ficando perdidas no tempo algumas na memória e que interessa recuperar porque são produções também muito ajustadas ao clima e às condições edafoclimáticas muito específicas que varia de ilha para ilha e dentro das próprias ilhas. A soma dessas ações totaliza 30 461 762 EUR, + 10% que em 2023. (...). As ações 6.2.4, a 6.2.5 e a 6.2.33 que tem a ver com os animais de companhia, bem-estar animal que há aqui um acréscimo, desde logo, na 6.2.5 de mais 71% relativamente a 2023 naquela que é a nossa estratégia para também os animais de companhia e uma sociedade mais conhecida pelo respeito que tem pelos animais. Nesse sentido, no âmbito de desparasitações, esterilizações, adoções, nós conjuntamente, uma medida conjuntamente com as câmaras municipais, outra de apoio às associações de proteção animal, às juntas de freguesia onde não existe centro de recolha oficial temos um acréscimo de mais 100 mil euros e também para pôr em prática aquilo que o Parlamento Regional aprovou



que é obviamente a comparticipação dessas associações nas clínicas veterinárias até 5 mil euros.”

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Alberto Ponte e a Deputada Patrícia Miranda.

O Deputado Alberto Ponte questionou sobre “o ponto de situação da certificação de Bem-estar animal” e quantas são já as explorações certificadas.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou que, relativamente aos animais de produção houve um ajuste para a realidade dos Açores, do protocolo de investigação e tecnologia alimentar da Península Ibérica, que detém o selo do Bem-estar animal, uma vez existem diferenças nas ilhas e ser possível a atribuição do selo em todas elas.

Informou que, atualmente existem cinco formações de auditores - 60 formandos, com três formações na ilha de São Miguel e duas na ilha Terceira – existindo 104 explorações com a certificação do selo de bem-estar animal. Referiu que será dada formação aos tratadores, no âmbito do transporte marítimo, uma vez que a certificação europeia é mais rigorosa e exigente, aliado ao facto de a Região querer ser reconhecida na área de bem-estar animal. Será dada ainda formação aos operadores económicos.

A Deputada Patrícia Miranda referiu que apenas será possível promover o futuro, se o presente estiver assegurado, considerando existirem contradições, referindo ter sido a presente Secretaria que abdicou de 14 milhões de euros que fariam toda a diferença na sustentabilidade dos agricultores açorianos.

Realçou ainda que *“a taxa da execução do PRORURAL fica muito aquém daquilo que seria expectável e do que seria necessário para impulsionar a nossa agricultura, principalmente os nossos jovens agricultores”*.

Referindo-se a declarações proferidas pelo Senhor Secretário à comunicação social, anunciou várias medidas para 2024, sendo uma delas a atribuição de vários microchips para instalação da GNR, questionando sobre quem irá aplicar os microchips, e onde serão registados os animais, quais os animais em questão e em que circunstância serão aplicados.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que as execuções de anteriores governos são inferiores às dos últimos dois anos, informando que os dados de execução, a 31 de outubro de 2023 foi de 76,17%, sendo que em 2018, em mesmo período, foi de 66,18%, em 2019 foi de 70,7% e o ano 2020, a 31 de outubro, apresentava uma taxa de 71,18%.

Informou que, comparando a execução entre 2002 a 2020, há uma média de dotação de 56 milhões 872 mil 468 euros, com uma execução de 48 milhões 077 mil 125 euros e que a média de dotação dos anos 2021 e 2022 é de 62 milhões 341 mil 363 euros, com uma execução de 50 milhões 576 mil 276 euros.

Realçou o reforço e objetividade de políticas agrorurais, e referindo que *“não contando o POSEI, mas percebendo que em 2018 ficaram fechadas medidas agroambientais de extensificação pecuária, que permite uma menor carga animal, e uma opção de produção dos produtores. Políticas no âmbito da agricultura biológica que ficaram fechadas em 2018”* foram agora abertas para mais produtores e para mais área, significando anualmente mais 4,2 milhões de euros.

Respondendo à questão sobre os animais de companhia, referiu que foi oferecido à PSP e GNR quarenta e quatro leitores portáteis e que vai ser oferecido às associações microchips. Informou que irá elaborar, pela primeira vez, o Plano Estratégico para os Animais de Companhia, referindo que em 2018 o montante elegível foi de 50 mil euros e o participado foi de 28 mil euros, em 2019 o montante elegível foi de 64 mil euros e o participado foi de 53 mil euros e em 2020 foram elegíveis 176 mil euros, sendo participado 148 mil euros.

Referiu que no ano 2021 o valor elegível foi de 239 mil euros, com participação de 205 mil euros, no ano 2022 foram elegíveis 240 mil euros com participação de 200 mil e que em 2023 encontram-se elegíveis 250 mil euros e participados, à data, 112 mil euros. Referiu ainda que em 2018 eram cinco associações de proteção animal sendo que neste momento são doze associações, nove CRO's e doze juntas de freguesia, passando de cinco entidades para trinta e três entidades.

Destacou a 1ª Feira de Animais de Companhia, a atribuição de mil euros às juntas de freguesia, onde não existem CRO's, para a identificação e esterilização de animais, acrescentando a cedência de 8 mil microchips e 3.300 doses de vacinas antirrábicas e a tarifa Inter-Ilhas na



ausência de tratamentos na ilha de origem. Informou ainda que terá início três cursos de formação para quem quer adotar um animal de companhia.

No seu direito a réplica, a Deputada Patrícia Miranda realçou que é no atual Governo que existem as maiores verbas comunitárias para investir, assim como um PRR, mas colocando os Açores no último lugar no ranking de execução e em risco de perder verbas comunitárias.

Questionou novamente sobre quem fará a aplicação dos microchips que serão fornecidos, onde serão registados os animais, quais os animais em questão e em que circunstâncias irá acontecer. O Senhor Secretário Regional, e referindo-se à taxa da execução do PRORURAL +, referiu ter uma taxa de execução de 87%, e que se encontra a terminar, sendo que para o ano se iniciará o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, que se encontra em aprovação em Bruxelas, e que centraliza o investimento e que não podem ser abertas as candidaturas, uma vez não existir programa nacional para a entrega das candidaturas.

Esclareceu que, os microchips serão entregues aos CRO's e às associações, sendo que os CRO's dão assistência a essas mesmas associações, com os seus médicos veterinários, com exceção do Corvo que não possui canil. Informou que atualmente são 8 CRO's, alguns deles intermunicipais, sendo que falta a aprovação para o CRO da ilha do Pico e na ilha do Corvo.

[DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA, DISPONÍVEL \[Parlamento online - Audição do Subsecretário Regional da Presidência - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 \\(alra.pt\\)\]\(#\)](#)

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo que o plano de investimentos para 2024, e para a temática da Comunicação Social possui uma *“diferença significativa para os anos transatos, enquanto na dotação inicial de 2023, tínhamos um valor de 650 mil euros, no plano de 2024 inscrevemos um valor de 1 milhão e 500 mil euros”*, acrescentando que, para a Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão, em que no plano de 2023 possuía uma dotação de 40 mil euros, no plano de investimento de 2024 há um aumento para 130 mil euros.



Relativamente à rubrica de Financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e de televisão verificou-se um aumento de 150 mil euros em 2023 e para o presente plano um investimento está previsto um valor de 200 mil euros.

Relativamente ao Acesso a base de dados jurídicos, uma aquisição de serviços que a Região faz, e que à semelhança de outras áreas, fruto da inflação, tem provocado um aumento de disponibilidade de verbas e por isso em 2024 apresenta um investimento de 80 mil euros.

Apresentou ainda que a rubrica de Relações com Entidades Governamentais externas e com outras entidades apresenta para o ano de 2024 uma dotação de 800 mil euros.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, não tendo havido pedido de inscrições para esclarecimentos.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS, DISPONÍVEL EM Parlamento online - [Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 \(alra.pt\)](#).

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, e naquilo que são as áreas de competência da presente comissão, iniciou a sua intervenção referindo que a Região Autónoma dos Açores é uma referência internacional de Desenvolvimento Sustentável, sendo mesmo um caso de estudo para muitas regiões, que *“com muitos mais recursos e massa crítica, procuram seguir o nosso exemplo, em vários setores, onde se incluem o turismo e a energia. Como primeiro arquipélago do mundo com certificação de destino sustentável, procurando atingir o nível ouro em 2024, a proposta de plano anual da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas está, intimamente associado a este contínuo trabalho em prol da sustentabilidade, e solidamente ancorado numa visão de prosperidade, futuro e progresso.”*

Referiu ter previsto um investimento de 344,8 milhões de euros, em 216 ações, integradas em 43 projetos, no qual destacou o investimento de 35,9 milhões de euros no setor da energia.

Acrescentou que, os efeitos da pandemia do COVID-19, *“precipitaram os objetivos estruturais de uma efetiva transição energética imposta pela Comissão Europeia, através do Pacto Ecológico Europeu e do Pacto Fit for 55.”* Realçou que, a importância da transição energética ficou mais



reforçada pela crise energética resultado das guerras que decorrem, na Ucrânia e Israel, havendo por isso uma responsabilidade acrescida de aproveitamento dos recursos que se encontram à disposição – PRR e PO Açores 2030 – para garantir um processo sólido de descarbonização da nossa economia, que passa pela segurança do abastecimento, pela redução do custo da energia e pela redução da emissão de gases com efeito estufa, nos Açores, *“em linha com a Estratégia Açoriana para a Energia 2030”*.

Relativamente à eficiência energética e energias renováveis, referiu que a prioridade é para a execução do PRR e para o objetivo da descarbonização da economia, com a intensificação da execução do SOLENERGE e na aposta da produção de energia para autoconsumo através de fontes de energias renováveis, a que se acrescenta o investimento da EDA e da EDA RENOVÁVEIS, também no âmbito do PRR, relativamente ao aumento da capacidade instalada para a exploração da energia geotérmica, novos sistemas de armazenamento de energia elétrica e ainda o projeto “Corvo Renovável”.

Acrescentou que, estas prioridades serão complementadas com a execução do PROENERGIA, com a criação de novos e melhorados incentivos para aquisição, produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis.

A Senhora Secretária Regional referiu ainda estar a promover o aumento do investimento na mobilidade elétrica, visando a intensificação do seu contributo para a descarbonização da economia e para a transição energética nos transportes terrestres, mas também investindo na divulgação e na sensibilização ativa da população para opções de consumo cada vez mais conscientes e alinhados com a mobilidade suave. Realçou assim, o alargamento do sistema de incentivos à aquisição de veículos elétricos e pontos de carregamento, passando a incluir as empresas de táxi e de rent-a-car.

Relativamente à política energética, informou que continuarão a combater a pobreza energética e investir na participação de projetos nacionais e europeus, criando sinergias, consolidando redes de contactos e explorando soluções inovadoras, que facilitem a transição energética, assim como novas respostas do longo prazo para o futuro do setor energético nos Açores.



Destacou as iniciativas desenvolvidas no âmbito do LIFE IP Climaz, nomeadamente a campanha de atribuição gratuita de termoacumuladores na ilha Graciosa, que deverá ter uma segunda edição, assim como haverá uma edição na ilha das Flores.

Realçou que o plano de investimentos da presente Secretaria contempla, como entidade executora, de acordo com as indicações da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, vários investimentos de proteção da orla costeira e outras intervenções de cariz ambiental, que totalizam um valor de 8,5 milhões de euros.

Por fim, referiu o investimento da Atlânticoline, no valor de 25 milhões de euros, para a aquisição de dois navios elétricos, *“visando uma mudança de paradigma na mobilidade e na transição energética no setor marítimo”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Sandra Dias Faria.

A deputada Sandra Dias Faria referindo-se à importância da transição energética e de todas as políticas que têm sido desenvolvidas na Região, em linha com as políticas nacionais e europeias, destacou que para as áreas da eficiência energética e energias renováveis, e em dotação revista de 2022 apresentava de pouco mais de 39 milhões de euros, com redução em 2023 para 26,5 milhões de euros e agora para o ano de 2024 apresentam um aumento que não atinge os valores de 2022, para acerca de 32 milhões de euros. No entanto, referiu que as taxas de execução do ano 2022 e as que são conhecidas para o presente ano geram preocupação para a capacidade de execução para o ano em análise do plano de investimentos, uma vez que para o ano de 2022 num total de aproximadamente 40 milhões de euros, apenas foram executados 1,58%, apresentando em 2023 igualmente uma taxa baixa.

Realçou ainda que, na área da política energética, e num valor, no ano de 2022, de pouco mais de um milhão de euros, executaram apenas 23.000 euros, referindo que *“não é credível aquilo que este plano de investimento nos traz, porque o vosso histórico em termos de execução não nos traz tranquilidade naquilo que será a capacidade de executar no próximo ano.”*

Referiu ainda que a conjuntura atual que tem sido utilizada como argumento para justificação da não execução de investimentos, mantém-se e com maior instabilidade, questionando como



pode ser o plano de investimentos para 2024 considerado credível e não ser apenas “*vender aos açorianos a ideia de que em 2024 será o ano de executar tudo aquilo que não executaram durante três anos*”.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional referiu que o projeto eficiência energética, contempla verbas relacionadas com execução de fundos por parte da EDA - PRR– contempla fundo alocados também ao PRR, da responsabilidade da Direção da Regional da Energia, no que diz respeito ao SOLENERGE, assim como fundo do REPowerEU para o PROENERGIA, assim como um reforço para a comparticipação das baterias. Referiu não existir nenhuma razão para uma boa execução para o ano 2024, uma vez que todas as entidades mencionadas já estão em implementação dos projetos que foram candidatados ao PRR, comprovada pela taxa de execução de 40%, mas que possui uma taxa de compromisso de 68,5%, representando a execução material.

Realçou que a execução financeira “*tem muito a ver com o fato dos promotores serem mais ou menos céleres na concretização do seu investimento, na instalação dos painéis, e do que compreende a sua candidatura. Por razões várias, entre elas a dificuldade das cadeias de abastecimento fornecerem em simultâneo os equipamentos, mas também é verdade que isso não durará sempre e nós acreditamos que apesar de todas as incertezas internacionais, que os fornecedores e as cadeias poderão agilizar-se mais em termos de melhor responder aos pedidos dos seus clientes*”.

Destacou que a perspetiva da Secretaria Regional é que “*ainda em 2024, se chegue quase ao nível de comparticipação próxima dos 100%, relativamente àquilo que são as verbas de 2023, o que nos dá ótimas perspetivas de execução da verba que está prevista no plano para 2024*”.

No seu direito a réplica, a Deputada Sandra Dias Faria realçou o que considera ser uma contradição entre o discurso que a Senhora Secretária Regional teve inicialmente com o que foi agora a sua resposta, uma vez que na introdução realçou a instabilidade dos mercados e o que significará na execução do Governo Regional, tendo afirmado posteriormente que “*quer acreditar que vá correr bem*”.



A Senhora Secretária Regional reafirmou não existir contradição, apenas *“ponderação, responsabilidade, capacidade de análise da conjuntura que nos acompanha nestes momentos difíceis, realismo”* que é transposto para este plano.

Reportando-se à recente aprovação da majoração até 85% para aquisição de baterias, referiu que *“só isso já vai fazer com que a execução destes vários programas que estão incluídos no 9.1 tenham uma execução bastante diferente daquela que teve até agora, porque as baterias para além de serem equipamentos caros, são comparticipados até 85%, a partir do momento em que foi aprovado esse Decreto Legislativo Regional”*, tendo sido reforçada a verba do REPowerEU para dar resposta a estas situações.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS, DISPONÍVEL EM [Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Mar e das Pescas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 \(alra.pt\)](#)

O Secretário Regional do Mar e das Pescas iniciou a sua intervenção referindo que o total do Plano e Orçamento da sua secretaria apresenta um valor total de 43 174 559,00€ [quarenta e três milhões, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove euros], com 28 milhões de euros de fundos comunitários e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, um valor de 15 milhões de euros. Referiu que, em comparação com o Plano apresentado para o ano 2023, possui um aumento de 27%, referindo que o ano 2024 será decisivo nos investimentos no âmbito do Cluster do Mar dos Açores, com os dois grandes investimentos – Tecnopolo Martec e o Navio de investigação científica.

Informou que, relativamente ao Tecnopolo Martec, aguarda, há cerca de um mês, o visto do Tribunal de Contas para a fiscalização, para que o projeto possa ser apresentado publicamente, e relativamente ao navio de investigação oceanográfica, referiu que no dia 10 de novembro, será *“assentada a quilha da embarcação, correspondendo à primeira pedra de um edifício”*, sendo estes projetos prioritários para o Governo Regional dos Açores, atendendo aos prazos *“muito curtos para o cumprimento do PRR e temos que nos esforçar por cumprir para podermos acautelar os fundos que são disponibilizados no âmbito do PRR”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Salomé Matos e a Deputada Joana Pombo Tavares.



A deputada Salomé Matos iniciou a sua intervenção por referir que o investimento relativo ao Cluster do Mar é significativo no programa da Economia do Mar, sendo que este programa está assente numa visão estratégica de promoção de um *“oceano saudável e bem gerido, concertando com políticas regionais e políticas nacionais e europeias”*. Realçou o que considera serem duas mensagens do plano, nomeadamente a importância da investigação científica, como ferramenta essencial para a gestão dos usos do mar dos Açores, bem como a identificação da Universidade dos Açores como parceiros essenciais.

Realçou a construção do Centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar, um investimento sediado na ilha do Faial, mas que servirá toda a comunidade açoriana e além-fronteira, em virtude de parcerias que podem ser efetuadas.

Questionou o Senhor Secretário sobre as potencialidades e as vantagens para que, a médio e longo prazo, esse investimento possa ter resultados.

Referiu ainda que, a Escola do Mar dos Açores, e apesar de se encontrar também sediada na ilha do Faial, tem vindo a estar ao serviço de todos os açorianos, sendo que todas ações de formação que têm sido administradas são essenciais para a segurança e eficiência das atividades marítimas, tendo sido as formações em elevado número no ano de 2022 e 2023.

Questionou o Senhor Secretário, sobre o ano de 2023 e sobre o trabalho que tem sido desenvolvido pela Escola do Mar dos Açores, no primeiro semestre, se está a satisfazer as necessidades e quais os seus projetos futuros.

O Senhor Secretário Regional esclareceu que ultrapassados alguns constrangimentos iniciais, foi possível a certificação da Escola do Mar dos Açores, e que com o programa que possui, pretende ser *“não uma escola de pescadores, mas uma escola das profissões marítimas, das profissões ligadas à economia azul”*, sendo uma escola aberta às novas tecnologias, mas também às novas profissões emergentes ligadas ao mar.



Informou que, será iniciado brevemente o primeiro curso de operadores de *drones*, realçando a aquisição pela Direção Regional de Políticas Marítimas, de dois *drones*, para monitorização de áreas marinhas protegidas, sendo necessário que haja operadores habilitados.

Informou que a Escola do Mar abrirá, nas ilhas das Flores e do Corvo, formação de certificação de gruas, para os profissionais, lúdicos e marítimo-turísticas possam operar as gruas em condições de segurança, diminuindo assim as despesas com utilização indevida das gruas.

Relativamente aos dados solicitados sobre a formação da Escola do Mar, o Senhor Secretário Regional informou que, no primeiro semestre foram duzentos e sessenta e cinco formandos, não só na ilha do Faial, mas deslocando também os seus formadores às diferentes ilhas. Referiu ainda que todos os cursos da Escola do Mar possuem uma componente de ação ambiental marinha, de sustentabilidade.

A Deputada Joana Pombo Tavares destacou que a Secretaria Regional do Mar e Pescas é uma das Secretarias mais importantes atendendo ao seu público-alvo e a importância que têm para a economia dos Açores, assim como para a proteção e monitorização da biodiversidade e áreas de investigação já enunciadas.

Realçou a rubrica 7.6 – Monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, sendo que se encontra relacionada com o projeto que se encontra em debate na Região, nomeadamente o das áreas marinhas protegidas, destacando a preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a baixa execução, de 18,4% em 2022, assim como as baixas execuções no 1º semestre e 3º trimestre de 2023. A Deputada realçou, como preocupação maior, a redução no plano apresentado para 2024, com uma redução de dois milhões e setecentos para a rubrica em questão, considerando que colocará em causa a fiscalização e monitorização das áreas marinhas protegidas que serão criadas.

Referindo-se à Criação do Recife Artificial, e sendo do conhecimento em 2020 do protocolo de alinação do navio Schultz Xavier, da Defesa Nacional com a Região Autónoma dos Açores, e sendo que é apresentado no plano para 2024 o nome de “Noruega”, questionou sobre o planeamento para a criação do recife artificial, nomeadamente sobre a sua localização.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que a criação do recife artificial, apesar de não se encontrar identificado, *“tem sido sempre reportada à ilha de Santa Maria, era isso que existia na pasta de transição, é isso que é intenção deste Governo”*, havendo já compromissos com associações, que têm sido colaborantes em todo o processo. Informou que o navio Schultz Xavier não reunia as condições de flutuabilidade necessárias para ser rebocado para os Açores. O navio “Noruega”, é um navio do IPMA, e que se encontra em fim de vida, e que serão efetuados os testes de flutuabilidade, referindo ainda que *“não houve possibilidade de avançar anteriormente, o que se vai fazer, está dividido em duas, este montante, os 75.000 seria para proceder de imediato ao estudo e iniciar os trabalhos de descontaminação, (...) tem de haver concurso público”*. Informou que a criação do recife artificial, na Secretaria Regional, encontra-se a cargo do Técnico Superior Especialista Eng.º Naval Nuno Lima.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para uma segunda ronda de perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Salomé Matos.

A Deputada Salomé Matos, relativamente ao ordenamento do espaço marítimo e da posição que têm assumido, sobre as áreas marinhas protegidas, de todo o trabalho que se encontra a ser efetuado, que ocorre em simultâneo com a discussão da *“Lei do Mar”*, e que o seu articulado poderá retirar à região, competências na definição das áreas marinhas, questionou se *“será mais oportuno que os Açores definam as suas áreas marinhas, resultado de um melhor (...) processo de negociação e de consulta que tem vindo a acontecer, ou corremos ou não sérios riscos de a aprovação da Lei do Mar, venha tirar-nos completamente qualquer possibilidade de fazer essa definição. A questão será, decidimos nós ou será prudente que, arrastando-se o atual processo, venhamos a nos confrontar com um período, que por via da aprovação da Lei do Mar, isto passe a ser um não assunto para a Região e termos de deixar, eventualmente que outros decidam por nós”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que, relativamente *“às áreas marinhas protegidas, foi decisão do Senhor Presidente do Governo, no intuito de sermos pioneiros, definir as áreas marinhas protegidas até dezembro de 2023. Este trabalho iniciou-se, com o Blue Azores, em 2019, tem sido um trabalho com algumas paragens por motivos da pandemia, mas fora isso foi devidamente prosseguido com várias reuniões, só em reuniões alargadas foram quarenta e quatro, salvo erro, com todos os envolvidos e tentou-se criar uma base de entendimento e basear*



esta definição naquilo que foram os modelos apresentados pelos cientistas que foram envolvidos neste projeto. As áreas marinhas protegidas têm de ser vistas como um processo de definição, e isso é compromisso do Governo até final do ano fazer apresentar na Assembleia Legislativa Regional o diploma, e que terá depois um período normal, de processamento da própria atividade legislativa, e estamos a crer que a sua implementação, a implementação exige que sejam efetuados os planos de gestão, que seja depois monitorizadas, a monitorização, a fiscalização, e em que moldes vai ser feito, não podemos fazer isso até 31 de dezembro. Essa implementação terá de ser posterior, e nessa medida, agora, acho que temos que avançar, e os Açores, independentemente, daquilo que vier a ser decidido, em termos da dita lei do mar, que estamos esperançados que ainda existirão alterações, (...) que o quadro legal seja mais favorável que aquele que atualmente nos perfila, (...) mas não vamos ficar parados à espera de ... e portanto todo este trabalho que está a ser feito será (...) para mostrar mais uma vez que a Região tem um empenho nestas matérias, (...) no que se refere à defesa do seu mar, defesa essa que até tem congregado todas as forças políticas que estão representadas nesta Assembleia.”

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer desfavorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e PPM, com os votos contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e PPM, com os votos contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”**.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Vila do Porto, 6 de novembro de 2023

A Relatora,

(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Gabriel Eduardo)